

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1799812 - MT (2019/0052654-5)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : MARIO CEZAR DE ALMEIDA ROSA - DF027904
AGRAVADO : ALCIMAR GOLDONI
AGRAVADO : OLIDES CARBONERA GOLDONI
AGRAVADO : DALCIO TAVARES SALVADOR - ESPÓLIO
AGRAVADO : ANGELA TEREZINHA SALVADOR - POR SI E REPRESENTANDO
AGRAVADO : EDIVANA CLAUDIA SALVADOR LANGE
AGRAVADO : SANDRA MARA SALVADOR SEGNER
AGRAVADO : MARCELO PEDRO SALVADOR
ADVOGADOS : OSVALDO PEREIRA BRAGA - MT006013
LUIZ FRANCISCO BARCELLOS BOND - PR038597
DIOGENES FONSECA - PR035360
ALEXANDRE KALLEB CHIAFITELA STADLER - PR048531
INTERES. : CLEO LUIZ BERTEI
ADVOGADO : DENIZ ESPEDITO SERAFINI - RS005521

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. APLICABILIDADE DO CDC AOS LEILÕES QUANDO O ALIENANTE É FORNECEDOR E O ADQUIRENTE É CONSUMIDOR. RAZÕES RECURSAIS INSUFICIENTES. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor às vendas públicas promovidas por leilão, quando o alienante é fornecedor de produtos ou serviços e o arrematante é consumidor.
2. Razões recursais insuficientes para a revisão do julgado.
3. Agravo interno desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrigli, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 30 de março de 2020 (Data do Julgamento)

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator